

REGIME DE CONTRIBUIÇÕES DOS TRABALHADORES INDEPENDENTES

		Atual regime	Novo regime Bloco/Governo
PROTEÇÃO SOCIAL	Proteção no Desemprego	Tem de ter descontado 720 dias nos últimos 48 meses Tem de ter tido uma entidade contratante responsável por 80% do seu rendimento no mês em que pede a prestação	Tem de ter descontado 360 dias nos últimos 24 meses Tem de ter tido uma entidade contratante responsável por 50% do seu rendimento
	Proteção na Doença	Só ao 31º dia de doença	A partir do 10º dia de doença
	Proteção na Parentalidade	Não tem direito a subsídio por acompanhamento a filhos	Passa a ter direito a subsídio para assistência a filhos e a netos
	Proteção na velhice, invalidez, doença profissional, morte	Tem nos mesmos termos dos trabalhadores por conta de outrem	Mantém-se igual
	Se um trabalhador tiver dívida à Segurança Social e já se encontrar a pagá-la em prestações	Enquanto não tiver pago a totalidade da dívida à Segurança Social, é-lhe negado o acesso a prestações (por exemplo: o subsídio parental)	O cumprimento de um acordo prestacional (acordo para pagar a dívida em prestações) é condição suficiente para acesso a todas as prestações
CONTRIBUIÇÕES MAIS JUSTAS E EM FUNÇÃO DO RENDIMENTO DE CADA MOMENTO	Qual o rendimento relevante sobre o qual incide a contribuição mensal?	70% do rendimento do trabalho independente do <i>ano anterior</i>	70% do rendimento médio <i>do último trimestre</i>
	Possibilidade de ajustar o rendimento relevante	O trabalhador pode optar por diminuir 2 escalões abaixo do seu rendimento ou aumentar 2 escalões	O trabalhador pode trimestralmente escolher corrigir o rendimento relevante em 25% menos ou 25% mais
	Taxa de contribuição do trabalhador	29,6%	21,4%
	Taxa de contribuição da entidade contratante	5%	10% (7% no caso das que pagavam 0%)
	O que acontece quando o trabalhador independente não tem nenhum rendimento num mês	Tem de pagar a mesma contribuição mensal dos outros meses ou então fecha atividade e perde direito a prestações sociais, prejudicando também a reforma	Pode manter a atividade aberta pagando uma taxa de 20 euros, mantendo o direito a prestações e a densidade da carreira contributiva para cálculo da reforma
ALARGAMENTO DO CONCEITO DE ENTIDADE CONTRATANTE	Quem é entidade contratante com obrigação contributiva	As que sejam responsáveis por 80% do rendimento resultante do trabalho independente de um trabalhador	As que sejam responsáveis por 50% do rendimento resultante do trabalho independente de um trabalhador
	Quantos trabalhadores independentes são considerados economicamente dependentes da sua entidade contratante	Estimativa: 68 mil	Estimativa: 95 mil
REGIME MAIS JUSTO DE ISENÇÕES	Isenção para pensionistas que acumulam pensão com trabalho independente	Estão isentos	Estão isentos
	Trabalhadores por conta de outrem que acumulam com trabalho independente	Pagam a contribuição só pelo trabalho por conta de outrem, mesmo que o trabalho independente seja em muito superior àquele	Pagam a contribuição pelo trabalho por conta de outrem e mantêm a isenção para o trabalho independente se o valor que acumulam de trabalho independente for inferior ou igual a 2449 €/mês. Se for superior, entram no sistema e pagam contribuições sobre o remanescente daquele valor. (cerca de 9 mil pessoas, isto é, 1% do atual universo de isentos).
	Período de isenção de contribuições	os primeiros 12 meses para todos os trabalhadores	os primeiros 12 meses para todos os trabalhadores